

Acabam limites para o crédito ao consumidor

Agência Estado

BRASÍLIA — O Governo decidiu acabar com as limitações do crédito ao consumidor. Os bancos e financeiras poderão, a partir de agora, emprestar sem limites e nos prazos que quiserem. A limitação do crédito vinha desde o Governo Sarney. Mas em junho de 1990, no Governo Collor, decidiu-se restringir ainda mais o crédito: os bancos e financeiras foram obrigados a reduzir o volume de empréstimos até o limite de 60% do que haviam concedido em maio.

Para baratear o crédito ao consumidor, a alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) foi reduzida ontem de 12% para 6% ao ano. A medida, tomada através de portaria do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, tem por objetivo reativar o financiamento de bens duráveis, especialmente de automóveis. Em um financiamento de Cr\$ 10 milhões, pelo prazo de um ano, o IOF, que representava antes um ônus de Cr\$ 1,2 milhão para o consumidor, agora passa a representar uma despesa Cr\$ 600 mil.

O Ministério da Economia aumentou a tributação de IOF incidente sobre saldos devedores de cheques especiais de 5% para 6% ao ano, a mesma alíquota vá-



► O Banco Central lançará em dois meses a moeda de Cr\$ 5 mil para comemorar bicentenário de Tiradentes.

lida para o crédito direto ao consumidor, segundo o coordenador de Tributação da Receita Federal, José Roberto Melo.

A diminuição do IOF nas operações de crédito direto ao consumidor vinha sendo reivindicada pelo setor automotivo, estimular as vendas de veículos, e acabou sendo estendida para outros setores da economia. O Banco Central entendeu que as medidas deveriam valer para qualquer bem de consumo durável.

De acordo com o coordenador de Tributação da Receita Federal, a tributação do cheque especial, mesmo com o aumento da

alíquota, continua privilegiada em relação ao cartão de crédito, cuja alíquota é de 12% ao ano. Continuam isentas do IOF as operações de crédito referentes a financiamentos habitacionais.

O diretor da Financeira Losango e vice-presidente da Associação das Empresas de Financiamento ao Consumo (Adecif), Pedro Calçado, acredita que as medidas não devem provocar uma grande expansão do crédito, simplesmente por falta de tomadores: inflação e taxas de juros altas, salários achatados, aumento do desemprego e incertezas quanto ao futuro continuarão inibindo essas operações.

Economistas negam pressão sobre preços

O racionamento do crédito pode continuar a ser feito pelo Banco Central, através do controle da oferta de moeda. Portanto, o fim de qualquer limite para o crédito direto ao consumidor não tem porque ser vista como uma medida de pressão sobre a inflação, segundo o presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (Ierj), José Márcio Camargo, e o professor da PUC/RJ, Luiz Roberto Cunha.

Para o presidente do Ierj, a falta de credibilidade no governo é que pode provocar, a médio prazo, uma pressão inflacionária:

— O ministro consegue fazer política monetária porque o BC faz política monetária. O ministro consegue fazer política cambial, porque o BC faz política cambial. Mas qualquer coisa que dependa de credibilidade no Governo, nem o ministro, nem o BC podem fazer.

Luiz Roberto Cunha ressalta que não só o fim do limite ao crédito, como também a liberação dos consórcios e a redução do IOF sobre operações de crédito como medidas para estimular o crescimento econômico.